

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL OICVM AÇÕES

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações



RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE **2025**

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a personal name, possibly 'R. J. F.' or similar.

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

ÍNDICE

1 Relatório de Gestão	3
1.1 Enquadramento geral da atividade em 2025	4
1.2 Cenário Base - 2026	6
1.3 Principais características do fundo	17
1.4 Evolução do fundo	17
2 Balanço e Demonstrações Financeiras.....	21
2.1 Balanço a 31 de dezembro de 2025	22
2.2 Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2025	24
2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2025	25
3 Divulgações	27
3.1 Anexos às demonstrações financeiras	28
4 Certificação das Contas	41





1 Relatório de Gestão

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2025

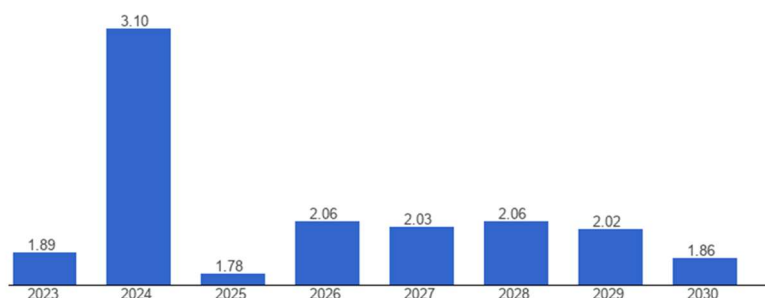
Em 2025, a economia portuguesa consolidou ainda mais a sua posição como uma das mais resilientes dentro da Zona do Euro, navegando num contexto de crescimento do comércio global mais lento e persistente incerteza geopolítica. O desempenho económico continuou a superar a média europeia, apoiado por uma procura interna resiliente, um mercado de trabalho apertado e a gradual normalização das pressões inflacionistas. O crescimento real do PIB apontou em média perto dos 2,0%, superando novamente a média da Zona do Euro, com indicadores coincidentes a apontarem para taxas de crescimento semelhantes no final do ano.

O consumo privado manteve-se como motor central do ciclo económico, expandindo-se a um ritmo robusto de aproximadamente 3%–3,5% em relação ao ano anterior, sustentado por elevados níveis de emprego, crescimento sustentado dos salários nominais e melhoria dos rendimentos reais das famílias. Esta dinâmica foi corroborada por fortes volumes de vendas a retalho no último trimestre do ano e por indicadores de sentimento económico consistentemente elevados, que se mantiveram acima das médias da Zona do Euro ao longo de 2025. A atividade de investimento também beneficiou da continuação dos desembolsos ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, apoiando setores como construção, infraestruturas e serviços empresariais.

Inflação, política monetária e condições financeiras

As pressões inflacionistas continuaram a diminuir ao longo de 2025. A inflação geral convergiu para o limiar dos 2% no final do ano, enquanto a inflação subjacente caiu para níveis abaixo desse marcador, refletindo uma moderação visível da inflação dos serviços e uma evolução mais contida dos custos recorrentes, apesar de alguma persistência em segmentos específicos como a hotelaria. Esta tendência desinflacionista desempenhou um papel fundamental na preservação do poder de compra das famílias, à medida que o crescimento nominal dos salários, embora ainda positivo, se moderou gradualmente.

Neste contexto, o Banco Central Europeu iniciou um ciclo de afrouxamento cauteloso na segunda metade do ano, marcando um ponto de viragem após um longo período de condições monetárias restritivas. Em Portugal, a redução gradual das taxas de juro melhorou as condições de financiamento, proporcionando alívio a famílias e empresas altamente endividadas e apoiando a procura de crédito. No setor bancário, observou-se alguma compressão das margens líquidas de juro, impulsionada por taxas mais baixas de novos empréstimos e pela estabilização das taxas de depósito.



Source: Portugal Inflation

No entanto, este efeito foi largamente atenuado pelo crescimento contínuo dos volumes de crédito, particularmente nos créditos hipotecários e crédito ao consumidor, permitindo uma evolução mais estável dos rendimentos bancários. A qualidade do crédito manteve-se amplamente controlada, em linha com a resiliência da procura interna.

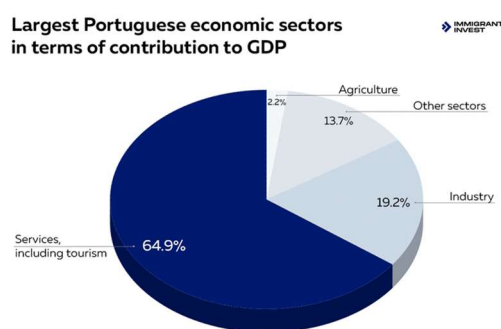
Dinâmicas do mercado de trabalho e condições de rendimento

O mercado de trabalho manteve-se uma força estrutural da economia portuguesa em 2025. A taxa de desemprego caiu para mínimos históricos, estabilizando-se em torno dos 5,7%, enquanto tanto o emprego como a taxa de emprego atingiram níveis recorde. Estas condições sustentaram o rendimento familiar e a confiança dos consumidores, reforçando o papel do consumo privado como principal motor de crescimento.

Ao mesmo tempo, o ano destacou as restrições estruturais emergentes do lado da oferta no mercado de trabalho. Alterações regulatórias levaram a uma desaceleração dos fluxos de imigração, limitando o crescimento da população ativa e agravando a escassez de mão-de-obra em setores como o turismo, construção e serviços. Embora as pressões salariais ascendentes tenham apoiado o poder de compra, também aumentaram as pressões de custos para as empresas e sublinharam a crescente importância dos ganhos de produtividade para sustentar o crescimento a longo prazo.

Finanças públicas e posição externa

O desempenho fiscal de Portugal melhorou significativamente em 2025, reforçando a credibilidade macroeconómica do país. O equilíbrio do governo geral convergiu para o equilíbrio, apoiado por disciplina de despesa, fortes receitas fiscais e condições cíclicas favoráveis. A dívida pública diminuiu para cerca de 88% do PIB, representando uma das reduções mais significativas dentro da Zona do Euro. Esta consolidação fiscal reforçou a confiança dos investidores, melhorou o perfil de risco do país e aumentou a flexibilidade das políticas para enfrentar desafios futuros.



No plano externo, Portugal manteve uma posição relativamente favorável, com a conta corrente a manter-se em superávit, cerca de 1,4% do PIB. Embora a balança comercial de bens continuasse a registar um défice estrutural, refletindo forte procura interna e importações de bens de capital, este foi mais do que compensado por um excedente substancial nos serviços.

1.2 Cenário Base - 2026

Nota Prévia

As perspetivas que adiante se apresentam refletem o conhecimento à data de 31 de dezembro de 2025

O turismo manteve-se como um pilar fundamental das contas externas, com chegadas e receitas em níveis historicamente elevados, embora o ritmo de crescimento tenha abrandado devido à recuperação pós-pandemia. Para além do turismo, outras exportações de serviços também contribuíram para manter o equilíbrio externo e a estabilidade financeira.

Perspetiva para 2026: resiliência face a restrições emergentes

Com base nas sólidas bases estabelecidas em 2025, a perspetiva macroeconómica para Portugal em 2026 mantém-se construtiva. Espera-se que o crescimento se mantenha sólido e acima da média europeia, apoiado por uma procura interna resiliente, um mercado de trabalho saudável e um pano de fundo de estabilidade política. O consumo privado deverá continuar a desempenhar um papel central, beneficiando de elevados níveis de emprego e inflação compatíveis com a estabilidade dos preços, embora se antecipe uma normalização gradual das taxas de crescimento à medida que os aumentos salariais nominais se moderam e os efeitos de base se tornam mais exigentes.

Espera-se que o mercado de trabalho se mantenha restrito, com baixo desemprego e elevadas taxas de emprego, mas as restrições estruturais à oferta de trabalho deverão tornar-se mais visíveis. A dinâmica demográfica e o quadro migratório podem limitar a disponibilidade de mão de obra em certos setores, apoiando os rendimentos, mas potencialmente limitando a aceleração do crescimento na ausência de melhorias na produtividade. Neste contexto, espera-se que a inflação se mantenha amplamente ancorada, embora seja necessária atenção especial para componentes mais persistentes, particularmente os custos relacionados com os serviços e habitação.

No mercado imobiliário, espera-se que a procura se mantenha resiliente em 2026, apoiada pelo emprego e por condições de financiamento relativamente favoráveis. No entanto, os riscos de acessibilidade financeira e o impacto dos custos da habitação no rendimento disponível podem tornar-se mais acentuados ao longo do tempo, potencialmente pesando no consumo discricionário e reforçando a necessidade de medidas do lado da oferta para promover um maior equilíbrio no mercado imobiliário. No setor bancário, espera-se que o desempenho se mantenha apoiado por volumes de crédito, com as margens a estabilizar-se ou a ajustar-se gradualmente à medida que as taxas de juro de crédito diminuem e a revalorização dos depósitos se mantém limitada. A manutenção de um ciclo económico favorável e o risco de crédito controlado devem apoiar a estabilidade do setor e o financiamento contínuo da economia.

Externamente, espera-se que o saldo da conta corrente se mantenha positivo, sustentado pelo excedente estrutural nos serviços. No entanto, a sensibilidade do défice de bens à procura interna implica que a força sustentada do turismo e de outras exportações de serviços continuará a ser essencial para preservar o equilíbrio externo.

Do ponto de vista fiscal, antecipam-se melhorias graduais adicionais na relação dívida pública/PIB em 2026, apoiadas por crescimento nominal e execução orçamental disciplinada, embora a margem para medidas expansionistas discricionárias, deverá ser mais limitado.

No geral, espera-se que 2026 alongue o perfil de resiliência observado em 2025, com o crescimento apoiado pela procura interna, emprego robusto, uma trajetória favorável da dívida e estabilidade política. Os principais fatores a monitorizar incluem a normalização do crescimento salarial e o seu impacto no consumo, desenvolvimentos na acessibilidade à habitação, a capacidade dos serviços para compensar o défice de bens estruturais e a preservação da disciplina fiscal consistente com as necessidades de investimento e a coesão social.

Perspetiva PSI: Dinâmica Setorial e Desempenho Corporativo Sonae e Jerónimo Martins

As empresas expostas ao retalho alimentar e ao consumo doméstico desempenharam um papel estabilizador e estrategicamente relevante no mercado acionista português, tanto durante 2025 como na definição das expectativas para 2026. Neste segmento, a Sonae e a Jerónimo Martins continuaram a destacar-se como constituintes centrais da PSI, beneficiando da resiliência do consumo essencial, estruturas operacionais diversificadas e fortes capacidades de execução. No entanto, as diferenças na exposição geográfica e nos fatores macroeconómicos subjacentes tornaram-se cada vez mais importantes na avaliação da sua posição relativa.

Durante 2025, o ambiente macroeconómico favorável em Portugal — caracterizado por emprego robusto, desemprego historicamente baixo e crescimento sustentado dos salários nominais — traduziu-se num consumo privado resiliente e apoiou condições operacionais estáveis para os retalhistas alimentares. A Sonae beneficiou diretamente deste contexto, dada a sua forte exposição ao mercado interno. A inflação nos alimentos e bebidas não alcoólicas manteve-se acima da inflação geral durante grande parte do ano, permitindo à Sonae MC absorver custos fixos e preservar margens operacionais. Este efeito, combinado com a escala, eficiência e portefólio diversificado do grupo, abrangendo retalho alimentar, retalho não alimentar, imobiliário e outros ativos, reforçou a visibilidade dos lucros e apoiou a confiança dos investidores. O progresso na integração das operações internacionais de retalho contribuiu ainda mais para a estabilidade operacional e melhorou a visibilidade a médio prazo.

A Jerónimo Martins também apresentou um desempenho sólido em 2025, apoiado pela sua eficiência operacional e posicionamento dominante no retalho alimentar. No entanto, o ano destacou cada vez mais o perfil de exposição da empresa, com resultados maioritariamente impulsionados pela Polónia através da Biedronka. Após vários anos de rápida expansão, a Biedronka atingiu uma fase madura em termos de penetração de mercado, e o ambiente operacional tornou-se mais exigente à medida que a inflação alimentar desacelerou significativamente no final do ano. Embora a rentabilidade e a execução se tenham mantido robustas, o potencial para crescimento adicional através do aumento de preços diminuiu, deslocando o foco para uma combinação entre volumes e disciplina de custos.

Esta divergência na exposição torna-se mais acentuada quando a análise é prolongada para 2026. As perspetivas para o consumo interno português mantêm-se amplamente construtivas, com o emprego a manter-se elevado e a inflação a ser compatível com a estabilidade dos preços. Um fator

chave de apoio é o aumento de 5,7% do salário mínimo nacional em 2026, muito acima da inflação projetada, que se espera que sustente o rendimento disponível real e sustente a despesa em bens essenciais. Neste contexto, a Sonae mantém-se bem posicionada para beneficiar de volumes de consumo estáveis e de uma alavancagem operacional contínua. Embora se espere que a inflação alimentar modere, é provável que se mantenha acima da inflação global, continuando a apoiar a preservação das margens no Sonae MC. Além disso, este ambiente reduz a probabilidade de uma aceleração significativa na penetração de marcas próprias para além das normas históricas, limitando a pressão competitiva sobre o posicionamento da Sonae, apesar da força das ofertas de marca própria em concorrentes como Jerónimo Martins e Mercadona.

Jerónimo Martins, por outro lado, enfrenta um conjunto de dinâmicas mais complexo em 2026, largamente impulsionado pelos desenvolvimentos na Polónia. A inflação alimentar tem seguido uma trajetória claramente descendente, caindo de aproximadamente 2,5% ano após ano no terceiro trimestre de 2025 para cerca de 0,5% no quarto trimestre. As expectativas consensuais apontam para um crescimento das vendas semelhantes (LfL) de cerca de 2,5% em 2026 (onde o LfL reflete o efeito combinado da inflação dos preços, do crescimento do volume e do desempenho das vendas nas lojas já abertas no período comparável), num contexto de diminuição da inflação alimentar, que caiu de aproximadamente 2,5% ano a ano no terceiro trimestre de 2025 para apenas 0,5% ano a ano no quarto trimestre. Nestas condições, alcançar o crescimento esperado da LfL exigiria necessariamente uma melhoria nos volumes, na proporção de vendas ou nos preços. Na nossa opinião, qualquer um destes resultados parece altamente improvável, pois espera-se que 2026 marque uma mudança clara na dinâmica macroeconómica da Polónia: prevê-se que o crescimento real dos salários se torne negativo, implicando uma perda média de poder de compra para os consumidores polacos. Pode argumentar-se que, tal como os consumidores polacos não aumentaram o seu consumo de produtos alimentares (em volume e quantidade) a um ritmo anormalmente elevado durante períodos de crescimento positivo dos salários reais, o inverso também não deveria acontecer com a inversão desta tendência. Embora este argumento seja razoável, o consenso antecipa que o crescimento das vendas da LfL será aproximadamente um ponto percentual inferior ao de 2025 apesar da inflação alimentar ter diminuído cerca de dois pontos percentuais em relação ao ano anterior. Esta aritmética implica que Biedronka teria de compensar esta diferença através de um crescimento de volume de cerca de 1%, um resultado para o qual, na nossa opinião, não existe uma justificação fundamentada no atual contexto macroeconómico.

A incerteza adicional advém da exposição de Jerónimo Martins ao zloty polaco, que introduz risco cambial e acrescenta volatilidade aos lucros denominados em euro. Em conjunto, estes fatores reduzem a visibilidade dos lucros e limitam o potencial de valorização em relação a pares focados no país, apesar dos ativos de alta qualidade da empresa, do forte histórico de execução e da liderança estrutural nos seus mercados principais.

No conjunto, tanto a Sonae como a Jerónimo Martins demonstraram resiliência e características defensivas durante 2025, beneficiando da natureza essencial do retalho alimentar e da gestão operacional disciplinada. No entanto, quando avaliado através de uma perspetiva prospectiva, o equilíbrio entre riscos e oportunidades favorece cada vez mais a Sonae, dada a sua exposição direta a um consumidor português resiliente, dinâmicas de rendimento favoráveis e maior visibilidade nas margens e fluxos de caixa. O Jerónimo Martins mantém-se estruturalmente forte, mas a sua maior

dependência das condições macroeconómicas externas, particularmente na Polónia, introduz restrições que pesam sobre o seu posicionamento relativo para 2026.

Galp

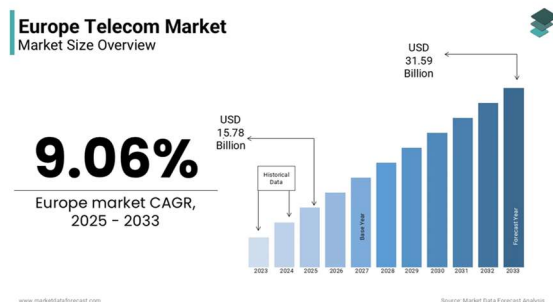
A Galp foi um dos nomes mais seguidos no mercado acionista português durante 2025, refletindo tanto a sua relevância no PSI como a sua sensibilidade a fatores externos, particularmente preços de matérias-primas e desenvolvimentos de projetos em grande escala. O ano foi marcado por uma volatilidade elevada, culminando numa correção acentuada em dezembro, após o anúncio do acordo estratégico com a TotalEnergies na Namíbia. Ao abrigo desta transação, a Galp concordou em transferir 50% da sua participação num projeto em fase inicial em troca de um adiamento da sua quota no CAPEX de desenvolvimento até que o ativo comece a gerar fluxos de caixa, adquirindo simultaneamente 10% de participações em outros dois projetos na mesma região que se encontram em fases mais avançadas de desenvolvimento. Apesar da lógica estratégica do acordo, a reação do mercado foi claramente negativa, com a Galp a registar a maior queda de uma única ação no PSI nesse mês.

Do nosso ponto de vista, esta reação pareceu desproporcionada. A perda de capitalização bolsista ultrapassou metade do valor estimado do projeto Mopane, que foi precisamente o ativo cedido ao abrigo do acordo. Isto implica, na prática, que os restantes componentes da transação — nomeadamente, o adiamento das obrigações CAPEX e a aquisição de participações em projetos mais maduros — foram implicitamente avaliados em valores negativos, uma suposição que consideramos irrazoável. Em vez disso, a transação deve ser vista como um exercício de mitigação de risco que reduz o risco de execução em fase inicial, melhora a disciplina de capital e reforça o perfil global ajustado ao risco do portefólio de exploração da Galp.

Olhando para o futuro, o desempenho da Galp em 2026 continua intimamente ligado à evolução dos preços do petróleo, que têm sido negociados em níveis historicamente baixos. Embora o nosso cenário base assuma uma recuperação gradual dos preços do petróleo a médio prazo, apoiada pela disciplina de oferta e potenciais perturbações geopolíticas, reconhecemos que este resultado está longe de ser garantido. Os desenvolvimentos nos fluxos comerciais globais, as tensões geopolíticas e a política da OPEP continuam a ser variáveis exógenas chaves que podem introduzir volatilidade. No entanto, a opcionalidade estratégica incorporada na base de ativos da Galp, combinada com um perfil de risco mais equilibrado após o acordo da Namíbia, apoia uma visão construtiva para 2026, embora com uma sensibilidade elevada a fatores externos macro e relacionados com commodities.

NOS

A NOS entrou em 2025 enfrentando um ambiente operacional desafiante no setor das telecomunicações português, após a entrada da DIGI no final de 2024 com uma estratégia de preços particularmente agressiva. Este desenvolvimento levou a uma contração das receitas do setor e intensificou a pressão competitiva. Neste contexto, a NOS priorizou a preservação da quota de mercado em detrimento dos preços de curto prazo, mantendo com sucesso a sua base de clientes apesar das condições adversas. A empresa suspendeu temporariamente as atualizações de preços durante este período para absorver a pressão de curto prazo e proteger a sua posição estratégica.



Ao mesmo tempo, a NOS continuou a avançar com o seu plano de reestruturação plurianual iniciado em 2018, com forte foco na eficiência de custos e na disciplina operacional. Um componente central desta estratégia tem sido a implementação gradual de inteligência artificial para acelerar a redução de custos em toda a organização. Das 135 medidas de eficiência identificadas ao abrigo deste plano, 40 já tinham sido implementadas até ao final do terceiro trimestre de 2025. Estas iniciativas contribuíram para a melhoria das margens EBITDA, mesmo num contexto de receitas em declínio e de uma estrutura predominantemente de custos fixos típica do setor das telecomunicações.

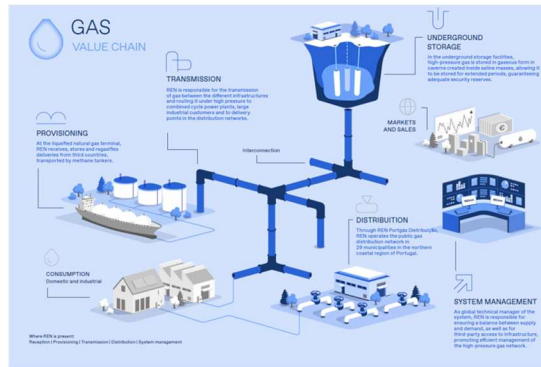
Entrando em 2026, as perspetivas para a NOS parecem mais favoráveis. Espera-se que a empresa retome as atualizações de preços assim que o panorama competitivo estabilizar, permitindo uma recuperação gradual da receita por utilizador. Combinado com os benefícios contínuos das iniciativas de poupança de custos, isto apoia uma trajetória operacional mais equilibrada. Além disso, espera-se que a NOS mantenha a sua política de dividendos estabelecida, com uma distribuição de €0,38 por ação, correspondendo a um rendimento de dividendos de aproximadamente 9,4% com base no preço da ação no final de 2025. Esta combinação de recuperação operacional, disciplina de custos e geração de rendimento atrativa sustenta uma perspetiva sólida para a NOS em 2026.

REN

A REN continua a destacar-se no mercado acionista português como um nome altamente defensivo, com um modelo de negócio que se assemelha muito ao de um instrumento regulado de rendimento fixo. A empresa opera num quadro em que o Estado define o envelope de investimento necessário para garantir o fornecimento de eletricidade, assegura a recuperação da depreciação dos ativos e concede uma remuneração adicional calculada sobre a base de ativos regulada, indexada ao rendimento das obrigações governamentais portuguesas a 10 anos. Esta estrutura proporciona à REN um elevado grau de visibilidade dos lucros e previsibilidade do fluxo de caixa.

A principal incerteza associada a este modelo é se o orçamento de investimento do Estado é suficiente para cobrir as necessidades de infraestrutura do sistema elétrico.

Historicamente, esta questão tem sido respondida afirmativamente. Na prática, a REN frequentemente ultrapassou os níveis de CAPEX inicialmente orçamentados, beneficiando da possibilidade de reter o excesso de investimento como retorno adicional. Em 2025, a empresa reportou níveis de CAPEX acima das expectativas iniciais e forneceu orientações indicando que este ritmo elevado de investimento deverá manter-se nos próximos períodos.



Esta dinâmica tem implicações importantes para a perspetiva de médio prazo. Dada a longa vida útil dos ativos envolvidos, um padrão sustentado de investimento acima das suposições regulatórias pode gerar um efeito positivo cumulativo nos retornos ao longo do tempo, à medida que a base de ativos regulada continua a expandir-se. Como resultado, as perspetivas para a REN em 2026 mantêm-se favoráveis, apoiadas pelo seu perfil defensivo, estrutura de remuneração previsível e potencial

para um aumento incremental através de uma execução de investimento superior ao esperado. Num ambiente caracterizado por incerteza macroeconómica e apetite seletivo pelo risco, a REN mantém-se bem posicionada como um componente orientado para a estabilidade do mercado acionista português.

EDP Renováveis

A EDPR registou uma recuperação significativa durante 2025 após atingir os seus mínimos em abril, na sequência de declarações públicas do Presidente dos Estados Unidos que levantaram preocupações sobre uma possível deterioração das condições de funcionamento das empresas de energia renovável ativas no mercado norte-americano. Esta exposição é particularmente relevante, já que os Estados Unidos representam atualmente mais de 50% da produção de eletricidade da empresa. O episódio sublinhou a sensibilidade da EDPR face aos desenvolvimentos políticos e regulatórios e contribuiu para um aumento da volatilidade dos preços das ações ao longo do ano.

Para além destas dinâmicas de curto prazo, uma avaliação mais estrutural levanta preocupações sobre as suposições subjacentes à valorização atual da EDPR. Na nossa opinião, a ação parece estar avaliada para um cenário altamente favorável, com o mercado a assumir simultaneamente a materialização suave de dois fatores chave que consideramos tanto não recorrentes como inerentemente incertos. Em primeiro lugar, uma parte substancial da avaliação depende implicitamente de ganhos consistentemente elevados provenientes da rotação de ativos — um processo pelo qual os projetos operacionais são vendidos para financiar novos desenvolvimentos. Embora esta estratégia tenha historicamente apoiado o crescimento, os seus resultados tornaram-se cada vez mais imprevisíveis. Em 2025, por exemplo, os ganhos resultantes da rotação de ativos foram significativamente inferiores aos dos anos anteriores. No entanto, as nossas estimativas sugerem que as avaliações atuais de mercado continuam a capitalizar a EDPR como se aproximadamente €300 milhões por ano provenientes da rotação de ativos fossem sustentáveis, uma suposição que parece otimista tendo em conta a recente volatilidade da execução.

Em segundo lugar, o quadro de avaliação também assume implicitamente que as deficiências permanecerão limitadas e em grande parte não disruptivas. Esta suposição contrasta com a

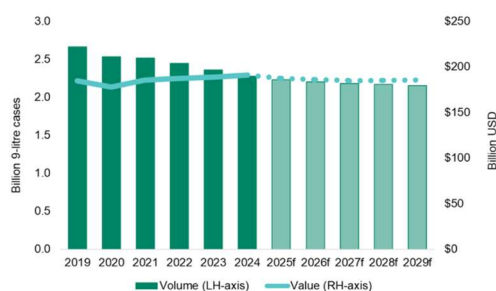
experiência recente. Em 2024, a EDPR registou perdas de aproximadamente €500 milhões relacionadas com um projeto na Colômbia, contribuindo para prejuízos líquidos de cerca de €400 milhões nesse ano. A magnitude e imprevisibilidade desses prejuízos introduzem uma incerteza significativa nos lucros reportados e evidenciam a assimetria do risco negativo associado à execução de projetos, enquadramentos regulatórios e exposições específicas por país. Em conjunto, estes dois elementos sugerem que o mercado está, na prática, a valorizar a EDPR sob a suposição de que os resultados da rotação de ativos continuam consistentemente favoráveis, enquanto os riscos de deterioração continuam benignos, uma combinação que consideramos difícil de justificar de forma sustentada.

A valorização da EDPR é ainda reforçada pelo seu perfil orientado para o crescimento, com uma forte dependência de fluxos de caixa a longo prazo e pressupostos de procura a longo prazo, incluindo o aumento do consumo de eletricidade impulsionado por tendências estruturais como a digitalização e a inteligência artificial. Como resultado, a empresa é particularmente sensível a mudanças nas taxas de desconto. Embora as taxas de juro estejam atualmente em níveis relativamente baixos e as expectativas do mercado continuem a apontar para um ambiente de taxas benigno, consideramos a distribuição de risco assimétrica. A possibilidade de novas quedas nas taxas de desconto é limitada, enquanto que o potencial para movimentos ascendentes permanece relevante.

Neste contexto, um evento inesperado que leve a um aumento acentuado das taxas de juro, por exemplo, uma escalada das tensões geopolíticas na Europa — poderá desencadear uma correção significativa nas empresas cujas avaliações são fortemente sustentadas por fluxos de caixa futuros distantes, como acontece com a EDPR. A nossa avaliação é que o mercado subestima este risco combinado de compressão de valorização, impulsionada por taxas de desconto mais elevadas e choques geopolíticos. Dado que a avaliação atual da EDPR já incorpora pressupostos altamente favoráveis tanto quanto à execução operacional como às condições financeiras, esta assimetria limita o potencial de crescimento da empresa em 2026, apesar do apelo estrutural a longo prazo das tendências de energia renovável e eletrificação.

Corticeira Amorim

A Corticeira Amorim tem enfrentado um ambiente desafiante nos últimos anos, principalmente devido a um declínio gradual do consumo global de vinho, particularmente no segmento do vinho tinto, que historicamente representa a principal fonte de receitas da empresa. Esta tendência afetou diretamente a procura por tampões naturais de cortiça, exercendo pressão sobre os volumes e a rentabilidade. Em 2025, o preço das ações da empresa caiu para aproximadamente €6,40, o valor mais baixo desde 2016, refletindo pessimismo do mercado relativamente à dinâmica setorial e à capacidade da empresa de se adaptar a mudanças estruturais.



Source: IWSR

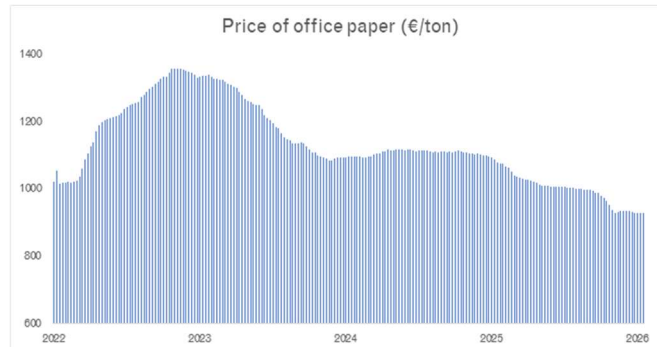
Olhando para o futuro, a perspetiva para 2026 torna-se mais construtiva, apoiada por vários fatores. Primeiro, aos níveis de preço atuais, a avaliação parece já refletir um cenário conservador, com muitos riscos identificáveis já refletidos no preço da ação. Isto reduz o risco de baixa e proporciona um ponto de partida mais equilibrado para uma possível recuperação de valor. Em segundo lugar, a Corticeira Amorim iniciou uma reestruturação significativa das suas unidades de negócio não essenciais, nomeadamente as divisões de Cortiça Composta, Paredes e Pavimentos, e Cortiça de Isolamento, que foram integradas numa única estrutura sob a Amorim Cork Solutions. Esta reorganização visa captar sinergias operacionais, melhorar a eficiência de custos e simplificar a complexidade organizacional, apoiando assim a recuperação de margens em áreas de negócio que anteriormente geraram resultados operacionais negativos.

Em terceiro lugar, a empresa está ativamente a procurar diversificação no seu negócio principal, desenvolvendo oportunidades comerciais em segmentos de maior valor acrescentado. Um exemplo notável é a expansão progressiva para o mercado de bebidas espirituosas premium, especialmente bebidas espirituosas de luxo, onde a Corticeira Amorim oferece soluções de cortiça personalizadas com design exclusivo e produção personalizada. Esta estratégia permite à empresa captar margens mais elevadas enquanto reduz a sua dependência da indústria do vinho, reforçando a resiliência do seu modelo de negócio. Embora persistam desafios estruturais, a combinação de apoio à avaliação, reestruturação operacional e diversificação estratégica sustenta uma perspetiva mais equilibrada e construtiva para a Corticeira Amorim para 2026.

Pulp and Paper — The Navigator Company and Altri

O segmento da pasta e papel esteve entre as áreas mais desafiadas do mercado acionista português durante 2025, refletindo uma combinação de pressão cíclica devido à queda dos preços da pasta e a mudanças estruturais mais estruturais na dinâmica global da oferta e procura. Tanto a The Navigator Company como a Altri foram significativamente afetadas por este ambiente, com o desempenho do preço das ações a refletir uma reavaliação acentuada da visibilidade dos lucros e da sustentabilidade a médio prazo. Embora as duas empresas operem dentro da mesma cadeia de valor ampla, os seus modelos de negócio, exposições ao mercado final e respostas estratégicas diferem de aspetos importantes, o que se tem tornado cada vez mais relevante à medida que a análise avança para 2026.

Ao longo de 2025, os preços da pasta de papel caíram significativamente, exercendo pressão sobre as margens e a rentabilidade em todo o setor. Para a Navigator, isto traduziu-se numa correção significativa do preço das ações, atingindo níveis não vistos desde 2021. Sendo uma empresa cíclica com exposição substancial a uma mercadoria cujos preços historicamente apresentaram um comportamento de reversão da média, isto levantou a questão de saber se a queda deve ser interpretada principalmente como um vale cíclico ou como evidência de uma mudança mais estrutural no mercado. Esta distinção é particularmente importante dado o posicionamento da Navigator como um dos principais produtores europeus de papel sem madeira sem revestimento, com uma quota de mercado de aproximadamente 26%.



Source: Navigator

Um elemento-chave do debate estrutural relaciona-se com a procura. O consumo de papel de escritório tem vindo a diminuir de forma constante nos últimos anos, impulsionado pela digitalização e pelas mudanças nos padrões de trabalho, e há poucas evidências que sugiram uma reversão desta tendência. Ao mesmo tempo, a dinâmica do lado da oferta evoluiu de forma significativa, particularmente na China, onde os produtores têm perseguido cada vez mais a integração vertical, abrangendo toda a cadeia de valor, desde plantações de eucaliptos até à produção de papel acabado. Esta integração proporciona aos produtores chineses uma base de custos estruturalmente inferior e maior flexibilidade, intensificando a pressão competitiva sobre os produtores tradicionais na Europa. Neste contexto, a capacidade do Navigator para navegar na atual recessão depende não só de uma possível recuperação dos preços da pasta de papel, mas também de se o reequilíbrio do mercado ocorrer através da saída de produtores menos eficientes. Na ausência de tal ajuste, a empresa poderá precisar de adaptar ainda mais a sua estrutura operacional para mitigar a pressão prolongada sobre as margens.

A Altri, embora também exposta ao ciclo de preços da pasta de papel, apresenta um perfil diferenciado. Embora os lucros tenham sido pressionados de forma semelhante em 2025 por preços mais fracos da pasta de papel, a empresa tem vindo a reposicionar progressivamente a sua estratégia para segmentos com aplicações mais amplas e características de procura a longo prazo mais favoráveis. Em particular, a Altri aumentou o seu foco na dissolução de polpa, um produto utilizado numa gama mais ampla de mercados finais, incluindo têxteis, que são estruturalmente menos saturados do que os mercados tradicionais de papel. Esta reorientação estratégica reduz a dependência da procura de papel de escritório e proporciona uma maior diversificação entre os usos finais.

Além disso, a Altri tem vindo a descer cada vez mais na cadeia de valor, nomeadamente através da aquisição da AeonIQ, que permite à empresa obter exposição a aplicações de maior valor acrescentado e participar de forma mais direta nas fases finais do desenvolvimento do produto. Esta mudança não só aumenta o potencial de captação de margem, como também alinha a empresa mais de perto com as tendências de procura orientadas pela sustentabilidade, especialmente na indústria têxtil. Como resultado, embora a Altri continue sujeita a volatilidade cíclica nos preços das polpas, a sua direção estratégica oferece um caminho mais claro para reduzir a exposição estrutural aos segmentos mais desafiados do mercado.

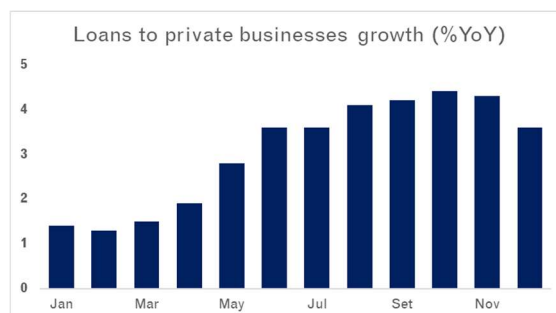
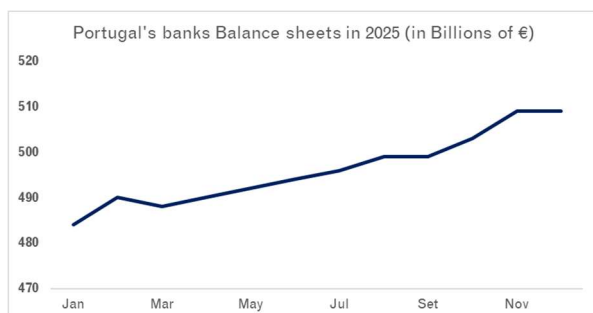
Olhando para 2026, ambas as empresas continuam influenciadas pela evolução dos preços da pasta e pelas condições económicas globais mais amplas. No entanto, a natureza da sua exposição varia. A perspetiva do Navigator mantém-se mais ligada à resolução de desequilíbrios estruturais nos mercados tradicionais de papel e ao ritmo a que a racionalização da oferta se materializa. A

perspetiva da Altri, em contraste, é cada vez mais moldada pelo seu sucesso na execução da sua pivô estratégica para dissolver a polpa e segmentos de maior valor acrescentado, bem como pela sua capacidade de escalar eficazmente estas atividades.

Em resumo, embora a Navigator e a Altri tenham sido ambas negativamente afetadas pela recessão do setor em 2025, os seus modelos de negócio subjacentes e respostas estratégicas implicam sensibilidades diferentes para o futuro. A Navigator mantém-se mais exposta a mudanças estruturais na procura de papel e dinâmicas competitivas, enquanto a diversificação e progressão da Altri ao longo da cadeia de valor oferece um perfil de exposição distinto dentro do mesmo setor. Estas diferenças são centrais para compreender o comportamento relativo das duas empresas ao longo do ciclo e a sua respetiva posição à medida que o setor evolui para além do atual valle.

Banco Comercial Português

O Banco Comercial Português (BCP) foi um dos principais contribuintes para o forte desempenho do mercado acionista português em 2025, refletindo tanto fundamentos específicos da empresa como um ambiente operacional mais favorável para o setor bancário. Durante o ano, o BCP proporcionou uma rentabilidade sólida, apoiada por operações domésticas eficientes, um baixo rácio custo-rendimento e um retorno sobre o capital próprio que reforçou a confiança dos investidores na sustentabilidade dos lucros, mesmo com as expectativas crescentes de um afrouxamento gradual da política monetária por parte do Banco Central Europeu. De forma mais ampla, o setor bancário manteve-se como um motor central dos retornos totais para os acionistas dentro do PSI, beneficiando de fortes posições de capital e de uma geração atrativa de dividendos.



Source: <https://tradingeconomics.com/portugal/indicators>

Olhando para o futuro, e na ausência de catalisadores idiossincráticos específicos, o desempenho da BCP mantém-se intimamente ligado à evolução do setor bancário europeu e, em particular, à trajetória da economia portuguesa. Neste aspeto, mantemos a confiança no pano de fundo macroeconómico interno, caracterizado por um crescimento resiliente, um mercado de trabalho robusto e uma qualidade de crédito estável. Neste contexto, espera-se que a expansão gradual dos volumes de crédito — nomeadamente em hipotecas e empréstimos ao consumidor — deseje um papel cada vez mais importante no apoio às receitas, compensando parcialmente a normalização das margens de juro à medida que as condições monetárias se tornam menos restritivas. Assim, o BCP mantém-se principalmente exposto ao ciclo bancário europeu mais amplo e ao desempenho económico interno, com a sua perspetiva ancorada na força da economia portuguesa e na capacidade do setor de sustentar a rentabilidade através do crescimento do volume e da gestão disciplinada dos custos.

Ibersol

A Ibersol mantém uma exposição estratégica ao consumo e turismo ibéricos, dois setores que se espera continuem a apoiar a atividade económica em 2026. Os segmentos de restaurantes e concessões continuaram a beneficiar da procura resiliente, sustentada pelo tráfego sustentado nos aeroportos de toda a Península Ibérica e pela recuperação do consumo relacionado com viagens. Esta dinâmica tem sido particularmente visível no setor das concessões, onde marcas como KFC, Taco Bell e Pret A Manger, têm contribuído positivamente para o crescimento das receitas.

Olhando para o futuro, espera-se que a consolidação das operações em Espanha suporte melhorias adicionais nas receitas e margens operacionais, enquanto o balanço sólido da empresa oferece flexibilidade tanto para aquisições seletivas como para a manutenção de um rendimento de dividendos atrativo. Apesar destes elementos positivos, a liquidez relativamente baixa da ação continua a ser um fator que os investidores devem continuar a considerar ao avaliar o perfil de risco do investimento.

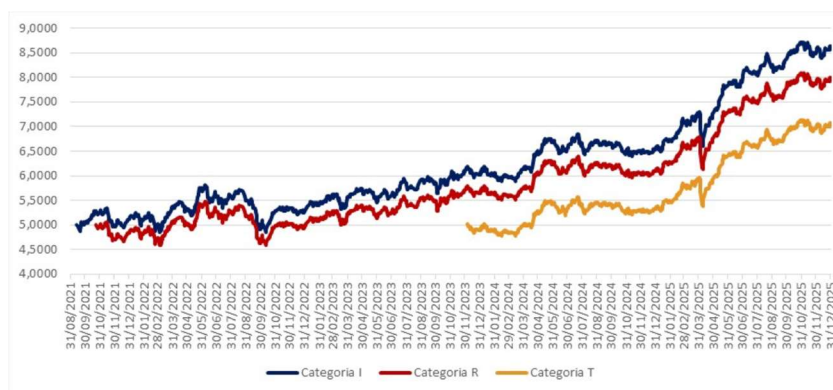
1.3 Principais características do fundo

Entidade Gestora	SIXTY DEGREES - SGOIC, S.A. Avenida João Crisóstomo, 30 6º E 1050-127 Lisboa
Data de Início do Fundo	10/09/2021
Tipo de Fundo	Ações
Região de Investimento	Portugal
Política de Rendimentos	Capitalização
Objetivo do Fundo	O objetivo principal do Fundo é o de proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional, norteadas por critérios de diversificação de risco e potencial de valorização a médio e longo prazo. O Fundo é denominado na moeda Euro.
Política de Investimentos	O Fundo investe predominantemente em ações de empresas cotadas na bolsa de Lisboa (Euronext Lisbon) e outros mercados regulamentados de alguns países da União Europeia. O Fundo deverá ter permanentemente um mínimo de 85% do seu valor líquido global investido em ações nacionais, não investindo preferencialmente em nenhum setor de atividade específico. O Fundo poderá recorrer à utilização de instrumentos derivados com o objetivo de cobertura do risco financeiro ou otimização dos parâmetros de investimento (preço, liquidez, outros), desde que tal se deva à detenção de instrumentos derivados cujos ativos subjacentes sejam idênticos aos referidos na política de investimento.

1.4 Evolução do fundo

Evolução Histórica

O fundo iniciou a sua atividade a 10 de setembro de 2021 tendo demonstrado, até 31 de dezembro de 2025, a seguinte evolução das unidades de participação:



Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

Performances, Volatilidades e níveis de Risco desde o início do fundo

Ano / Lançamento	Categoria	Performance	Volatilidade Anualizada ²	ISR ¹
2021	I	2.24%	18.51%	6
	R	-3.32%	18.54%	6
2022	I	2.58%	18.90%	6
	R	2.09%	18.96%	6
2023	I	14.89%	13.33%	4
	R	14.22%	13.32%	4
	T	-2.31%	15.47%	4
2024	I	8.59%	10.66%	3
	R	8.03%	10.64%	3
	T	9.13%	11.73%	3
2025	I	31.95%	11.40%	3
	R	31.27%	11.52%	3
	T	32.62%	11.58%	3

¹ A partir do exercício de 2023, o Fundo deixou de calcular o Indicador Sintético de Risco e de Remuneração (ISRR) que mede o risco de variação de preços das unidades de participação do Fundo com base na volatilidade verificada nos últimos 5 anos. Por ser considerado um *Packaged Retail Investment and Insurance-Based Product* (PRIIP) ao abrigo da legislação europeia, o Fundo passou a apresentar o cálculo do Indicador Sumário de Risco (ISR) conforme Regulamento Delegado (EU) 217/653, da Comissão, de 08 de março.

O ISR constitui uma orientação sobre o nível de risco deste produto quando comparado com outros produtos. Mostra a probabilidade de o produto sofrer perdas financeiras, no futuro, em virtude de flutuações dos mercados. Classificamos este produto na categoria 3 numa escala de 1 a 7, que corresponde a uma categoria de risco médio. Este Indicador não inclui os riscos de Rendimento, Operacional, Fiscal, Derivados, Cambial, Liquidez ou outros, que possam afetar o desempenho do Fundo. Este produto não prevê qualquer proteção contra o comportamento futuro do mercado, pelo que poderá perder uma parte ou a totalidade do seu investimento. Sempre que aplicável a alguma Categoria do Fundo, dada a ausência de histórico para aplicar a metodologia de cálculo do Indicador Sumário de Risco (ISR), foi construída uma carteira que replica a performance do índice de ações nacionais (PSI-20).

² Para o período compreendido entre 2021 e 2022, o valor em percentagem da volatilidade subjacente é calculado de acordo com as regras do Indicador Sintético de Risco e de Remuneração (ISRR) para um período histórico de 5 anos. A partir de 2023, o campo em referência é preenchido com o valor da volatilidade subjacente à medida de risco de mercado (MRM) associada ao Indicador Sumário de Risco (ISR) conforme Regulamento Delegado (EU) 217/653, da Comissão, de 08 de março.

Alocação de Ativos - Dezembro de 2025

Exposição por Classe de Ativos	
Ações	66.1%
Ações via Futuros de Ações (1)	24.8%
Obrigações	27.7%
Liquidez	6.2%

(1) Valor notional dos derivativos (Futuros sobre o PSI-20)

Exposição Geográfica (inclui Derivados e exclui Liquidez)	
Portugal	90.90%
Alemanha	24.83%

Unidade de Participação

Ano	VLGF	Categoria	Unidades em Circulação	Valor da UP
2021	455.162,30	I	70.000,00	5,1121
		R	20.130,58	4,8342
2022	1.362.209,76	I	216.338,63	5,2436
		R	46.160,87	4,9351
2023	4.025.647,49	I	620.164,90	6,0205
		R	51.749,88	5,6373
		T	50,00	4,8844
2024	12.337.368,78	I	1.286.039,18	6,5378
		R	136.224,06	6,0902
		T	581.536,69	5,3305
2025	36.269.368,21	I	3.202.864,16	8,6266
		R	413.062,31	7,9946
		T	754.988,08	7,0695

Custos

Custos	% da comissão
Imputáveis diretamente ao participante	
Comissão de subscrição	Categoria I – 2,00% Categoria R – 2,00% ¹ Categoria T – 5,00%
Comissão de reembolso	Categoria I – 0,50% até 90 dias, decorridos sobre a data da subscrição Categoria R – 0,50% até 90 dias, decorridos sobre a data da subscrição Categoria T – Não aplica
Imputáveis diretamente ao Fundo	
Comissão de gestão fixa (anual)²	Categoria I – 1,25% Categoria R – 1,75% Categoria T – 0,75%
Comissão de depósito (anual)	0,13% ao ano ou 0,12% ao ano se VLGF superior a EUR 20 milhões
Taxa de supervisão (mensal)	0,0012% com mínimo de 100€ e Máximo de 12.500€ (acrescida das majorações que vierem a ser definidas pela CMVM)
Imposto de selo	0,0125%, cobrado trimestralmente sobre o ativo líquido global do OIC
Custos de Auditoria	4.612,50€/ano (Os custos de auditorias exigidas por lei ou regulamento)
Custos de research (anual)	Com Máximo de 0,10% calculados com base no VLGF referente ao fecho do ano anterior.
Despesas com apoio jurídico fora da jurisdição portuguesa.	Os custos legais ou judiciais decorrentes de questões relacionadas com os ativos detidos pelo Fundo.
Taxa de Encargos correntes (efetivos)	Categoria I – 1,54% Categoria R – 2,04 % Categoria T – 1,05%

¹ Esta comissão não se aplica a clientes do canal Banco Best devido à Campanha de promoção que está em vigor até 31/12/2026.

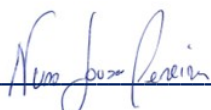
² O Fundo remunera as entidades comercializadoras de acordo com a repartição prevista no ponto 5.1.2 do respetivo prospeto.

Risco e Compliance

No período do exercício de 2025, e da monitorização diária dos limites de investimento, que decorrem das disposições legais e dos documentos constitutivos, não foram detetadas quaisquer situações que tivessem colocado em causa a gestão diligente do fundo, ou os interesses dos participantes. A situações, passivas, detetadas enquadravam-se dentro das previstas no artigo 74º do regulamento 07/2023(RRGA). No que respeita ao controlo do risco de Liquidez da carteira, tendo em consideração o modelo implementado na sociedade, de forma a monitorizar a capacidade do fundo para fazer face a resgates elevados que possam ocorrer, através da combinação entre a liquidez requerida e a disponível, ou seja, definir a parte do choque de resgate que pode ser gerida através da venda de ativos, bem como os custos associados à obtenção dessa liquidez, concluiu-se que a equipa de gestão, tendo por base os testes efetuados sobre a carteira de 31 de dezembro, consegue gerar a liquidez necessária para cumprir com as responsabilidades do fundo, dentro do ciclo de resgate estabelecido.

Eventos suscetíveis de criar impactos nos mercados financeiros

Os investidores nos fundos da Sixty conhecem bem o nível de preocupação que a Sociedade Gestora tem com a preservação do capital que lhes é confiado para gestão. Numa situação normal de mercado, privilegiamos sempre a segurança. Esta postura é naturalmente reforçada em situações de crise e em especial no enquadramento global em que vivemos, onde alguns acontecimentos políticos e militares acabam por ter impacto no funcionamento dos mercados financeiros. Tal como nos anos anteriores, a Sociedade mantém a sua atenção nos desenvolvimentos e evolução da guerra na Ucrânia e em Gaza, as interrogações sobre os mercados da energia, e com eles a economia, bem como as tensões políticas internacionais entre os EUA, China e Europa. Estas são algumas das preocupações que as equipas de investimento da Sixty acompanham de perto e em permanência, junto com as variáveis financeiras habituais.



Nuno Sousa Pereira
(Vogal do Conselho de Administração)



Virgílio Garcia
(Vogal do Conselho de Administração)

Lisboa, 25 de março de 2026

2 Balanço e Demonstrações Financeiras

2.1 Balanço a 31 de dezembro de 2025

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL

Valores em Euro

ATIVO						CAPITAL E PASSIVO						
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31/12/2025			31/12/2024	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024	
			Bruto	+Valia	-Valia	Líquido						
CARTEIRA DE TÍTULOS							61	Unidades de Participação	1	29 937 685	11351761	
21	Obrigações	3	9 993 802	39 807	-	10 033 609	3 274 986	62	Variações Patrimoniais	1	58 134	58 134
22	Ações	3	20 561 939	4 022 795	570 651	24 014 084	8 596 677	64	Resultados Transitados	1	927 474	374 042
	TOTAL DE CARTEIRA DE TÍTULOS		30 555 742	4 062 602	570 651	34 047 694	11871663	65	Resultados Distribuídos	1	-	-
								66	Resultado Líquido do Exercício	1	5 346 076	553 432
CONTAS DE TERCEIROS							67	Dividendos Antecipados das SIM		-	-	
41+...+48	Contas de Devedores	18	534 719	-	-	534 719	1713	TOTAL DE CAPITAL DO FUNDO				
	TOTAL DE VALORES A RECEBER		534 719	-	-	534 719	1713			36 289 368	12 337 369	
DISPONIBILIDADES							CONTAS DE TERCEIROS					
12	Depósitos a Ordem	3	1874 749	-	-	1874 749	534 377	423	Comissões a Pagar	18	58 377	13 646
	TOTAL DE DISPONIBILIDADES		1874 749	-	-	1874 749	534 377	424+...+429	Outras Contas de Credores	18	140 109	60 728
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							43	Empréstimos Obtidos	18	-	-	
51	Acréscimos de Proventos		10 693	-	-	10 693	-	TOTAL DE VALORES A PAGAR				
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	0	-	-	0	3 990			198 486	74 374	
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		10 693	-	-	10 693	3 990	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
								55	Acréscimos de Custos	17	-	-
TOTAL DO ACTIVO							58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	-	-	
			32 975 903	4 062 602	570 651	36 467 855	12 411 743	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
										-	-	
TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO										36 467 855	12 411 743	

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Filipe Salvaterra Pires

A ADMINISTRAÇÃO

Nuno João Pereira Vinícius Manuel Ramos Garcia

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Valores em Euro

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PERIODOS		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PERIODOS	
		31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES				OPERAÇÕES CAMBIAIS			
911	À vista	-	-	911	À vista	-	-
935	Futuros	9 013 800	2 753 290	935	Futuros	-	-
	TOTAL	9 013 800	2 753 290		TOTAL	-	-
TOTAL DOS DIREITOS		9 013 800	2 753 290	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		-	-
CONTAS DE CONTRAPARTIDA		-		CONTAS DE CONTRAPARTIDA		9 013 800	2 753 290

2.2 Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2025

SIXTY DEGREES ACCOES PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Valores em Euro

Custos e Perdas		Período Corrente		Período Anterior		Proveitos e Ganhos		Período Corrente		Período Anterior	
Designação	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Designação	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Designação	Notas	31/12/2025	31/12/2024
CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES							
Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados							
Da Carteira de Títulos e outros ativos		-	-	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		10 693	-				
De Operações Correntes	5	383	-	De Operações Correntes		-	130				
Comissões e taxas				Rendimentos de Títulos e Outros Ativos							
Da Carteira de Títulos e outros ativos	5	21 925	10 250	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	626 850	321 061				
Outras, de Operações Correntes	15	299 709	115 372	Outras, de Operações Correntes		-	-				
De Operações Extrapatrimoniais	5	-	-	De Operações Extrapatrimoniais		-	-				
Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras							
Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	19 362 610	7 698 577	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	23 197 243	7 988 666				
Em Operações Extrapatrimoniais	5	3 616 087	1 138 029	Em Operações Extrapatrimoniais	5	4 834 617	1 219 581				
Impostos											
Impostos sobre o rendimento	9	-	-								
Impostos Indiretos	9	24 320	9 300								
Provisões do Exercício											
Outros Custos e Perdas Correntes				Outros Proveitos e Perdas Correntes							
Outros Custos e Perdas Correntes	15	4 477	4 478	Outros Proveitos e Perdas Correntes		6 184	-				
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		23 329 511	8 976 006	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		28 675 587	9 529 437				
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS		-	-	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		-	-				
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		5 346 076	553 432	RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		-	-				
TOTAL		28 675 587	9 529 473	TOTAL		28 675 587	9 529 437				
Resultados da Carteira de Títulos		4 450 251	600 900	Resultados Eventuais		-	-				
Resultados das Operações Extrapatrimor		1 218 530	81 552	Resultados Antes de Imposto s/o Rendim		5 370 395	553 432				
Resultados Correntes		5 370 396	562 732	Resultados Líquidos do Período		5 346 076	553 432				

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2025

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em Euro

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS

De 2025-01-01 a 2025-12-31 De 2024-01-01 a 2024-12-31
(EUR)

OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC

Recebimentos:

Subscrição Unid.Part	18 085 924	7 758 289
Resgate Unid. Part	-	-

18 085 924 7 758 289

Fluxo das OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC

18 085 924 7 758 289

OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS

Recebimentos:

Vendas Tít.e Out.Activos	135 023	288 464
Rendim.Tít.e Out.Act	14 681 833	5 546 017
	14 816 856	5 834 481

Pagamentos:

Compra Tit.e Out.Activos	32 470 360	13 228 097
Outras Comis.e Taxas	-	1 231
	32 470 360	13 229 328

Fluxo das OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS

(17 653 503) (7 394 847)

OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS

Recebimentos:

Oper. s/Cotações	4 834 617	1 219 581
	4 834 617	1 219 581

Pagamentos:

Oper. s/Cotações	3 616 087	1 138 029
Out.Pag.Op.Prazo	5 278	-
	3 621 365	1 138 029

Fluxo das OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS

1 213 252 81 552

OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE

Pagamentos:

Comissão de Gestão	253 419	99 298
Comissão de Depósito	27 155	10 740
Impostos e Taxas	12 480	4 283
Juros de Depos. Banc		
Outras despesas	12 245	1 852
	305 300	116 174

Fluxo das OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE

(305 300) (116 174)

Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:

1 340 372 328 821

Efeitos das Diferenças de Cambio:

Disponibilidades no Início do Período:	534 377	205 557
Disponibilidades no Fim do Período:	1 874 749	534 377

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Rui Filipe Salvaterra Pires

Nuno João Pereira Virgílio Manuel Vazquez Garcia

3 Divulgações

3.1 Anexos às demonstrações financeiras

Introdução

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei n.º 27/2023 de 28 de abril que aprova o Regime da Gestão de Ativos e do regulamento da CMVM 7/2023, de 29 de dezembro que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2024.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Juros e custos equiparados”, atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efetuada desde o início do período de contagem de juros dos respetivos títulos.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível valor de mercado, de acordo com as seguintes regras:

Valorização da carteira e da unidade de participação

a) Os valores das unidades de participação são calculados diariamente nos dias úteis, determinando-se simultaneamente os valores das unidades de participação da Categoria I, da Categoria R e da categoria T.

O valor da unidade de participação de cada Categoria é obtido pela divisão do valor líquido global do OIC afeto aos participantes detentores de unidades de participação de cada Categoria, pelo número de unidades de participação em circulação afetas a cada Categoria.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

b) O valor líquido global do Fundo é apurado de acordo com as seguintes regras:

- i. Os ativos da carteira do Fundo são valorizados diariamente a preços de mercado, de acordo com as regras referidas no ponto seguinte, sendo o momento de referência dessa valorização as 18 horas para a generalidade dos instrumentos financeiros (valores mobiliários, mercado monetário, ETFs e derivados) e as 22 horas para unidades de participação em Fundos e ações, ETFs e instrumentos financeiros derivados sob ações e/ou índices de ações admitidos à negociação no continente americano. No que respeita à valorização de títulos de dívida se em casos excecionais, motivados designadamente por falhas técnicas, não for possível obter preços às 18h00, será considerado um momento de referência o mais próximo possível a seguir às 18h00 em que seja possível obter os respetivos preços.
- ii. A composição da carteira do Fundo a considerar em cada valorização diária será a que se verificar no momento de referência desse dia para os respetivos ativos, salvo no caso das operações realizadas em mercados estrangeiros, em que poderão ser considerados os valores resultantes de transações efetuadas até ao final do dia anterior;
- iii. Para valorização dos ativos cotados em moeda estrangeira, será considerado o câmbio de divisas divulgadas pelo Banco de Portugal ou por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, no momento de referência de valorização da carteira aplicado aos instrumentos financeiros admitidos à negociação no continente americano;
- iv. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram a importância dos encargos efetivos ou pendentes, até à data da valorização da carteira. Para esse efeito, são considerados os seguintes encargos imputáveis ao Fundo: despesas inerentes às operações de compra e venda de ativos, encargos legais, judiciais e fiscais, a taxa de supervisão, a comissão de gestão, a comissão de depósito, custos de registo, custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento e custos de realização de estudos de investimento (*research*)

Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

a) Valores mobiliários

- i. A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo. Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização. Encontrando-se negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na avaliação dos instrumentos financeiros reflete o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela Sociedade Gestora.
- ii. Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os títulos são considerados como não cotados para efeito de valorização e serão aplicados os seguintes critérios:

A valorização de instrumentos financeiros não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados será efetuada com base no valor médio das ofertas de compra e venda firmes disponibilizada para o momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo ou, na sua falta, com base no valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas (preços indicativos), caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transação do respetivo instrumento financeiro e sejam conhecidos os critérios de composição e ponderação ou no valor médio das ofertas de compra, difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas na alínea anterior. Na impossibilidade de utilização dos critérios anteriores, recorrer-se-á a modelos teóricos, tais como o modelo dos *cash-flows* descontados, EVA models e comparáveis de mercado que sejam considerados adequados pela Sociedade Gestora para as características do ativo a valorizar.

Excetua-se o caso de instrumentos financeiros(ações) em processo de admissão à cotação a um mercado regulamentado, em que se o valor a atribuir pela entidade gestora corresponderá à última cotação conhecida no momento de referência das ações da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, tendo em consideração as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

No caso de valores representativos de dívida e quando a Sociedade Gestora considere que, designadamente por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflita o seu presumível valor de realização ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão no momento de referência. Essa cotação será procurada, alternativamente nas seguintes fontes:

- 1) Em sistemas internacionais de informação de cotações como, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora;
- 2) Junto de entidades especializadas, para determinação da média das ofertas de compra e venda firmes dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção no valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas (preços indicativos), caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transação do respetivo instrumento financeiro. Caso não se verifiquem as condições anteriores a avaliação será efetuada tendo por base o valor médio das ofertas de compra, difundidas através de entidades especializadas;

Para os efeitos estabelecidos nos anteriores 1) e 2) apenas são elegíveis:

- a) As ofertas de compra firmes de entidades que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão;
- b) As médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades referidas na alínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.

- 3) Através de fórmulas de valorização baseadas em modelos teóricos de avaliação de obrigações, onde os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título são descontados a uma taxa de juro que reflita o risco associado a esse investimento específico, recorrendo-se ainda à comparação direta com títulos semelhantes para aferir da validade da valorização.

b) Instrumentos do mercado monetário

Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

- i. Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
- ii. A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
- iii. Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

c) Instrumentos derivados

- i. Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á o último preço divulgado pelos respetivos mercados no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo, i.e. o *settlement price* corresponde ao dia da valorização;
- ii. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela Sociedade Gestora utilizar-se-á, alternativamente, uma das seguintes fontes:
 1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo das ofertas de compra e venda difundidas por um *market-maker* da escolha da Sociedade Gestora;
 2. Fórmulas de valorização que se baseiem nos modelos teóricos usualmente utilizados que, no entender da Sociedade Gestora sejam consideradas mais adequadas às características do instrumento a valorizar. Estes modelos traduzem-se no cálculo do valor atual das posições em carteira através da atualização dos *cash-flows* a receber no futuro, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

Comissão de subscrição

O OIC cobra uma comissão de subscrição, no momento em que se subscrevem as unidades de participação do fundo de investimento. O seu montante é, assim, adicionado ao valor das unidades de participação para se apurar o montante a pagar pelo subscritor, podendo ser cobrada uma comissão de 2% para subscrições de unidades de participação das Categorias I e R e de 5%

para subscrições de unidades de participação da Categoria T, revertendo a favor da sociedade gestora. As subscrições efetuadas na categoria R, para clientes do canal Banco BEST, estão isentas de comissão até 31 de dezembro de 2026.

Comissão de reembolso

O OIC poderá cobrar uma comissão de resgate de acordo as seguintes condições;

- Nas categorias I e R uma comissão de resgate de 0.50% até 90 dias, decorridos sobre a data da subscrição. A comissão de resgate será cobrada em função da salvaguarda do interesse dos demais participantes no OIC, revertendo a favor da Sociedade. Após o período de 90 dias, não será cobrada qualquer comissão de resgate no momento do reembolso do investimento.
- Na categoria T, independentemente do período de permanência, não é aplica qualquer comissão de resgate/reembolso

Comissão de gestão

Valor da comissão:

A comissão de gestão é fixa aplicando-se a cada uma das categorias os seguintes valores:

Categoria I

- i. A comissão de gestão é de 1,25% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora.

Categoria R

- ii. A comissão de gestão é de 1,75% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora

Categoria T

- iii. A comissão de gestão é de 0,75% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora

Modo de cálculo da comissão:

A comissão é calculada diariamente sobre o valor global do Fundo, subjacente a cada categoria tratando-se de uma taxa nominal.

Condições de cobrança da comissão:

A comissão é cobrada mensalmente e postecipadamente até ao 5 dia útil do mês seguinte.

Comissão de Depósito

Valor da comissão:

A comissão de depositário é de 0,13% anual, passando a 0,12% anual se o valor líquido global do fundo for superior a 20 Milhões de euros.

Modo de cálculo da comissão:

A comissão é calculada diariamente sobre o valor global do Fundo, tratando-se de uma taxa nominal.

Condições de cobrança da comissão:

A comissão de depositário é cobrada mensal e postecipadamente até ao final do mês seguinte.

Custos de realização de estudos de investimento (*research*)

Constituem encargos do OIC os custos de realização de estudos de investimento (*research*). Para este efeito apenas serão encargos do OIC os custos que correspondam a serviços efetivamente prestados ao OIC.

A Sixty Degrees estabeleceu internamente um sistema de verificação das necessidades, dos fundos por si geridos, de contratação de serviços para a realização de estudos de investimento.

Estes custos encontram-se refletidos na taxa de encargos correntes, com um máximo de 0.10%/ano, calculados com base no VLGf referente ao fecho do ano.

Os participantes poderão obter informações adicionais respeitantes ao orçamento para custos com a realização de estudos de investimento junto da Sixty Degrees.

O relatório e contas anual inclui informação quantitativa sobre os custos de realização de estudos de investimento.

Outros encargos

Para além das comissões de gestão e de depositário o Fundo suporta os seguintes encargos calculados diariamente:

- a) Os encargos fiscais que lhes sejam imputáveis.
- b) As despesas relativas à compra e à venda dos valores do seu património e relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros a prazo, empréstimos e reportes, incluindo-se nestas despesas as taxas de bolsa e de corretagem.
- c) A taxa de supervisão de 0,0012% paga à CMVM, que incide sobre o valor líquido global, no último dia de cada mês, de cada um dos OIC geridos pela mesma, não podendo a coleta ser inferior a € 100 nem superior a € 12 500, majorada de acordo com a Portaria n.º 342-A/2016, de 29 de dezembro, e artigo 35.º dos Estatutos da Autoridade da Concorrência (AdC), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto.
- d) Os custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento.
- e) Os custos legais ou judiciais decorrentes de questões relacionadas com os ativos detidos pelo Fundo.
- f) Custos relativos à emissão de código LEI e documentos de circularização solicitados ao Banco Depositário do fundo para efeitos de encerramento de contas.

O Fundo não suportará encargos relativos a quaisquer outras remunerações de consultores da Sociedade Gestora ou de sub-depositários.

Regime Fiscal

O enquadramento abaixo apresentado não dispensa a consulta da legislação em vigor a cada momento, nem constitui garantia da sua não alteração até à data do resgate/reembolso. O enquadramento aqui expresso não obriga as autoridades fiscais ou judiciárias e não garante que essas entidades não possam adotar posições contrárias.

O regime fiscal que a seguir se descreve respeita ao regime fiscal em vigor na data de apresentação do presente relatório e assenta na interpretação da SIXTY DEGREES SGOIC sobre o mesmo.

IRC

O regime, aplicável aos organismos de investimento coletivo (Decreto-Lei nº 7/2015 de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos à “Saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC é tributado, à taxa geral de IRC, sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capitais, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

Imposto do Selo

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do OIC, à taxa de 0,0125%.

Tributação dos rendimentos obtidos pelos participantes

A tributação, ao abrigo do novo regime, incide apenas sobre a parte dos rendimentos gerados a partir de 1 de julho de 2015. Assim, a valia apurada no resgate ou transmissão onerosa das unidades de participação é dada pela diferença entre o valor de realização e o valor de mercado das unidades de participação a 30 de junho de 2015 ou, se superior, o valor de aquisição das mesmas.

A) Pessoas singulares

a) Residentes (i.e., titulares de unidades de participação ou participações sociais residentes em território português)

- i. Rendimentos obtidos fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola

Os rendimentos distribuídos pelo OIC e os rendimentos obtidos com o resgate de unidades de participação e que consistam numa mais-valia estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, podendo o participante optar pelo seu englobamento.

Os rendimentos obtidos com a transmissão onerosa de unidades de participação estão sujeitos a tributação autónoma, à taxa de 28%, sobre a diferença positiva entre as mais e as menos valias do período de tributação.

- ii. Rendimentos obtidos no âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola

Os rendimentos distribuídos pelo OIC estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, tendo a retenção na fonte a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final.

Os rendimentos obtidos com o resgate e com a transmissão onerosa de unidades de participação concorrem para o lucro tributável, aplicando-se as regras gerais dos Códigos de IRC e de IRS.

b) Não residentes

Os rendimentos obtidos estão isentos de IRS.

Quando os titulares, pessoas singulares, sejam residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, os rendimentos decorrentes das UP são sujeitos a tributação, por retenção na fonte, à taxa de 35% no caso dos rendimentos de capitais e à taxa de 28% no caso dos rendimentos obtidos com as operações de resgate das UP, ou via tributação autónoma, à taxa de 28%, no caso de rendimentos decorrentes da transmissão onerosa da UP.

B) Pessoas coletivas

a) Residentes

Os rendimentos distribuídos pelo OIC estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 25%, tendo o imposto retido a natureza de imposto por conta.

Por outro lado, os rendimentos obtidos com o resgate ou a transmissão onerosa das unidades de participação concorrem para o apuramento do lucro tributável, nos termos do Código do IRC.

Os rendimentos obtidos por pessoas coletivas isentas de IRC estão isentos de IRC, exceto quando auferidos por pessoas coletivas que beneficiem de isenção parcial e respeitem a rendimentos de capitais, caso em que os rendimentos distribuídos são sujeitos a retenção na fonte, com carácter definitivo, à taxa de 25%.

b) Não residentes

Os rendimentos obtidos com as unidades de participação são isentos de IRC.

No caso de titulares pessoas coletivas residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, os rendimentos decorrentes das UP estão sujeitos a tributação à taxa de 35%, por retenção na fonte, no caso dos rendimentos distribuídos, ou tributação autónoma à taxa de 25%, no caso de rendimentos auferidos com o resgate ou com a transmissão onerosa da UP.

No caso de titulares pessoas coletivas residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável ou detidos, direta ou indiretamente, em mais de 25% por entidades ou pessoas singulares residentes em território português, os rendimentos decorrentes das unidades de participação estão sujeitos a tributação à taxa de 25%, por retenção na fonte.

Tributação em sede de imposto de selo

Estão sujeitas, desde janeiro de 2019, a imposto de selo à taxa de 4%:

- a) As comissões de gestão e de depósito suportadas pelo OIC;
- b) As comissões de subscrição e resgate suportadas pelos Participantes.
- c) Custos de Research

Nota 1 – Capital do Fundo

O património do OIC é representado por valores mobiliários que representam direitos de conteúdo idêntico, sem valor nominal, a uma fração daquele património que se designam unidades de participação.

As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural, sendo admitido o seu fracionamento para efeitos de subscrição, resgate ou reembolso.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante o exercício de 2025, apresenta o seguinte detalhe:

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL						(em euro)
Descrição	No início	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	No fim
Valor Base	11 351 761	19 104 546	518 622	-	-	29 937 685
Diferença p/Valor Base	58 134	-	-	-	-	58 134
Resultados Acumulados	374 042	-	-	-	553 432	927 474
Resultados do Período	553 432	-	-	(553 432)	5 346 076	5 346 076
Soma	12 337 369	19 104 546	518 622	(553 432)	5 899 508	36 269 368

A evolução do valor do Fundo durante o exercício de 2025 foi o seguinte:

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL- Categoria I (em euro)

	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação
Ano 2025			
Jan	9 349 833,13	6,7384	1 387 554,07
Fev	10 545 435,20	7,0828	1 488 884,06
Mar	11 137 951,64	7,2084	1 545 144,54
Abr	11 346 547,22	7,2763	1 559 391,78
Mai	13 480 850,21	7,8349	1 720 624,59
Jun	15 062 975,30	7,9063	1 905 174,37
Jul	15 443 766,57	8,1062	1 905 174,37
Ago	18 007 808,59	8,2098	2 193 447,93
Set	21 144 253,70	8,3639	2 528 023,44
Out	23 221 525,94	8,7125	2 665 302,64
Nov	24 160 758,41	8,4864	2 846 985,08
Dez	27 629 737,12	8,6266	3 202 864,17

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL- Categoria R (em euro)

	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação
Ano 2025			
Jan	854 706,06	6,2743	136 224,06
Fev	898 099,04	6,5924	136 231,61
Mar	913 675,79	6,7064	136 238,99
Abr	932 448,51	6,7669	137 796,53
Mai	1 004 033,01	7,2833	137 854,52
Jun	2 028 550,63	7,3464	276 127,30
Jul	2 567 285,70	7,5288	340 996,41
Ago	3 095 190,59	7,6216	406 107,50
Set	3 152 041,35	7,7615	406 114,06
Out	3 282 676,65	8,0814	406 201,60
Nov	3 206 212,96	7,8682	407 489,66
Dez	3 302 279,31	7,9946	413 062,31

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL- Categoria T (em euro)

	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação
Ano 2025			
Jan	3 196 322,00	5,4963	581 536,69
Fev	3 361 011,71	5,7795	581 536,69
Mar	3 929 275,75	5,8846	667 725,67
Abr	3 969 009,51	5,9424	667 911,40
Mai	4 277 793,52	6,4014	668 263,89
Jun	4 423 968,89	6,4625	684 556,62
Jul	4 537 785,01	6,6288	684 556,62
Ago	4 597 823,84	6,7165	684 556,62
Set	4 686 120,95	6,8455	684 556,62
Out	4 883 495,16	7,1338	684 556,62
Nov	5 248 409,36	6,9516	754 988,08
Dez	5 337 351,78	7,0695	754 988,08

Nota 2 – Transações de valores Mobiliários no período

No exercício de 2025, as transações de valores mobiliários efetuadas pelo Fundo apresentaram a seguinte composição:

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL		(em euro)	
	Compras (1)	Vendas (2)	Total (1)+(2)
	Mercado	Mercado	Mercado
Obrigações	28 032 111	4 164 032	32 196 142
Acções	13 089 075	1 103 582	14 192 656
Contrato de Futuros	33 542 770	28 568 712	62 111 482
Direitos	167 681	-	167 681

Para o período referente ao exercício de 2025, foram cobradas as seguintes comissões de subscrição e resgate.

	Valor	Comissoes Cobradas
Subscrições	19 104 546	-
Resgates	518 622	-

Nota 3 – Carteira de Títulos e Disponibilidades

O detalhe da carteira de títulos, a 31 de dezembro de 2025 é apresentado como se segue:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA em 31 de dezembro de 2025

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL		(Valores em Euro)			
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Juros corridos	SOMA
VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS					
Mercado de Bolsa Nacional					
Acções					
Altri, SGPS, S.A.	1 073 443,61		-104 787,11	968 656,50	968 657
Banco Comercial Portugues - PTBCPOAM0015	1 990 764,78	1 422 219,34		3 412 984,12	3 412 984
Corticeira Amorim-SGPS - PTCOROAE0006	970 744,84		-199 556,14	771 188,70	771 189
CTT - Correios de Portugal SA - PTCTTODAM0001	1 141 636,86	306 967,95		1 448 604,81	1 448 605
EDP Energias de Portugal SA - PTEDPOAM0009	1 029 637,89	73 201,95		1 102 839,84	1 102 840
EDP Renováveis SA - ES0127797019	968 361,37	178 713,51		1 147 074,88	1 147 075
GALP Energia SGPS SA-B Shrs-PTGALOAM0009	3 053 999,08		-188 552,65	2 865 446,43	2 865 446
Ibersol - SGPS, S.A.	1 222 795,73	237 474,07		1 460 269,80	1 460 270
Impresa SGPS	24 921,81	11 693,48		36 615,29	36 615
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	1 374 984,29	15 905,23		1 390 889,52	1 390 890
Mota Engil - SGPS SA	916 080,95	260 563,35		1 176 644,30	1 176 644
NOS, SGPS, SA - PTZONOAM0006	1 995 997,39	191 085,53		2 187 082,92	2 187 083
NovaBase - SGPS, SA	98 349,32	19 810,68		118 160,00	118 160
REN - Redes Energéticas Nacionais SA - PTRELOAM0008	1 237 821,56	240 994,85		1 478 816,41	1 478 816
Semapa - S. Inv.Gestão-SGPS,S.A. (nom)	339 746,99	103 876,41		443 623,40	443 623
Sonae - SGPS	2 099 852,22	960 689,37		3 060 541,59	3 060 542
Teixeira Duarte SA	32 402,00	238,79		32 640,79	32 641
THE NAVIGATOR COMP-PTPTIOAM0006	847 896,90		-74 156,94	773 739,96	773 740
VAA Vista Alegre	129 546,39	8 718,66		138 265,05	138 265
Sub-Total:	20 548 983,98	4 032 153,17	-567 052,84	24 014 084,31	24 014 084
Obrigações					
BUBILL 0 01/14/26 Corp	7 500 772,32	24 031,98		7 524 804,30	7 524 804,30
BUBILL 0 03/18/26 Corp	1 493 030,00	1 045,00		1 494 075,00	1 494 075,00
PGB Float 07/18/31 Corp	1 000 000,00	14 730,00		1 014 730,00	1 025 423,17
Sub-Total:	9 993 802,32	39 806,98	0,00	10 033 609,30	10 044 302,47
Total	30 542 786	4 071 960	-567 053	34 047 694	34 058 387

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante o exercício de 2025 foi o seguinte:

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL		(em euro)		
Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Depósitos à ordem	534 377	72 184 758	70 844 385	1 874 749

A 31 de dezembro de 2025, os depósitos à ordem encontravam-se domiciliados na Caixa Geral de Depósitos com um valor total de 1.874.749 euros.

Nota 4 – Critérios de valorização dos ativos

Para valorização dos ativos integrantes da carteira, foram utilizados os critérios de valorização mencionados no ponto acima, denominado “Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP”.

Nota 5 – Resultados Obtidos

Os resultados obtidos pelo Fundo, no exercício de 2025, são compostos pelas seguintes rubricas:

1º QUADRO - COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO - PROVEITOS

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL		(Valores em Euro)					
Natureza	GANHOS DE CAPITAL			GANHOS COM CARÁCTER DE JURO			
	Mais Valias potenciais	Mais Valias efectivas	Soma	Juros vencidos	Juros corridos	Rendimento de títulos	Soma
Operações à Vista							
Acções	22 978 276	31 897	23 010 173	-	10 693	626 850	637 543
Obrigações	145 088	22	145 110	-	-	-	-
Direitos	605	41 355	41 960	-	-	-	-
Operações a Prazo							
Cambiais							
Forwards	10	-	10				
Cotações							
Futuros	4 834 607	-	4 834 607				
Outras Operações						6 184	6 184

2º QUADRO - COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO - CUSTOS

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL		(Valores em Euro)					
Natureza	PERDAS DE CAPITAL			JUROS E COMISSÕES SUPORTADOS			
	Menos Valias potenciais	Menos Valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	Soma	
Operações à Vista							
Acções	19 282 241	1 853	19 284 093	-	-	-	
Obrigações	39 486	80	39 566	-	-	-	
Direitos	22 624	-	22 624				
Outros Ativos	16 327	-	16 327	383		383	
Operações a Prazo							
Cambiais							
Forwards	21 179		21 179				
Cotações							
Futuros	3 594 908		3 594 908				
Comissões							
De Gestão				267 939		267 939	
De Depósito				28 428		28 428	
De Carteira Títulos				21 925		21 925	
Taxa de Supervisão				3 343		3 343	
Outras Operações				4 477		4 477	

Nota 9 – Impostos e taxas

Durante o exercício de 2025, foram cobrados os impostos que se seguem:

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC		(em euro)	
		31/12/2025	31/12/2024
Conta	Descrição	Saldo	Saldo
74122	Imposto de selo	24 320	9 300

Nota 15 – Encargos Imputados ao Fundo

De acordo com o artigo 12º do regulamento da CMVM 7/2023, os encargos correntes imputados ao Fundo, durante o exercício de 2025, apresentam o seguinte detalhe:

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL		(Valores em EUR)			
		31/12/2025		31/12/2024	
Custos		Valor	%VLGF	Valor	%VLGF
Valorização Média		22 318 202		8 528 982	
Banco Deposit.		28 428	0,13%	11 133	0,13%
Comissão Gestão		267 939	1,20%	102 833	1,21%
Tx. Supervisão		3 343	0,01%	1 410	0,02%
Custos de Auditoria		4 481	0,02%	4 478	0,05%
Outros Custos		28 182	0,13%	13 325	0,16%
TOTAL		332 372		133 178	
TAXA GLOBAL DE CUSTOS (TGC)			1,49%		1,56%

A afetação dos encargos correntes, por categoria, para o período em referência apresenta o seguinte detalhe:

Categoria I			Categoria R			Categoria T		
31/12/2025			31/12/2025			31/12/2025		
Custos	Valor	%VLGF	Custos	Valor	%VLGF	Custos	Valor	%VLGF
Valorização Média	16 033 559		Valorização Média	1 982 371		Valorização Média	4 302 271	
Banco Depositário	20 423	0,13%	Banco Depositário	2 525	0,13%	Banco Depositário	5 480	0,13%
Comissão de Gestão	200 840	1,25%	Comissão de Gestão	34 764	1,75%	Comissão de Gestão	32 335	0,75%
TX Supervisão	2 390	0,01%	TX Supervisão	286	0,01%	TX Supervisão	667	0,02%
Custos de Auditoria	3 205	0,02%	Custos de Auditoria	383	0,02%	Custos de Auditoria	894	0,02%
Outros Custos	20 153	0,13%	Outros Custos	2 409	0,12%	Outros Custos	5 620	0,13%
Total	247 011		Total	40 367		Total	44 995	
Taxa de encargos correntes		1,54%	Taxa de encargos correntes		2,04%	Taxa de encargos correntes		1,05%

Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As contas do fecho do exercício são comparáveis com as contas relativas ao período homólogo, dezembro de 2024.

Nota 17 – Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica apresentava os seguintes valores:

Acréscimos de Proveitos (em euro)			Acréscimos de Custos (em euro)		
Descrição	Saldo		Descrição	Saldo	
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Juros de Obrigações	10 693	-	Comissões	-	-
Outros	0	3 990	Outros	-	-
Total	10 693	3 990	Total	-	-

Nota 18 – Contas de Terceiros

A 31 de dezembro de 2025, as contas de terceiros apresentavam os seguintes valores:

Devedores (em euro)			Credores (em euro)		
Descrição	Saldo		Descrição	Saldo	
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Operações de mercado	533 005	-	Operações de mercado	135 931	51 828
Estado e outros entes públicos	960	960	Entidade Gestora (Sixty Degrees)	37 320	12 083
Outros devedores	754	754	Entidade Depositária (CGD)	3 695	1 285
			Autoridade de Supervisão (CMVM)	832	278
			Estado e outros entes públicos	4 178	1 405
			Outros credores	16 530	7 496
Total	534 719	1 713	Total	198 486	74 374

O Contabilista Certificado

A Administração

Rui Filipe Salveteiro Pires

António José Pereira Virgílio Manuel Vazquez Garcia

Lisboa 25 de março de 2026

4 Certificação das Contas

RELATÓRIO DE AUDITORIA**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** (SIXTY DEGREES AP), gerido pela SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A. (Sociedade Gestora), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 36.467.855 euros e um total de capital do Fundo de 36.269.368 euros, incluindo um resultado líquido de 5.346.076 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do SIXTY DEGREES AP e da Sociedade Gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 93% do ativo conforme a nota 3 do anexo às demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2025.</p> <p>Os ativos da carteira do Fundo são valorizados diariamente a preços de mercado de acordo com a alínea a) n.º i. das Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP que se encontram na Introdução do anexo às demonstrações financeiras e no Relatório de Gestão.</p> <p>Dada a volatilidade dos preços de mercado consideramos esta matéria como uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos.</p>	<p>Entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teste ao controlo interno do Fundo, nomeadamente ao processo de valorização da carteira; • Recalculo do valor de mercado dos títulos em carteira com recurso a fontes oficiais e comparação com os valores apurados pelo Fundo; • Avaliação sobre a adequacidade das divulgações de acordo com o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão da Sociedade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos monetários do SIXTY DEGREES AP de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para Fundos de investimento mobiliário;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do SIXTY DEGREES AP de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa

\$

razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do SIXTY DEGREES AP;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do SIXTY DEGREES AP para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o SIXTY DEGREES AP descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia, nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as

demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o SIXTY DEGREES AP, não identificamos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do SIXTY DEGREES AP.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 22 de abril de 2026



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos
Registado na OROC n.º 599 e na CMVM n.º 20160252

**RELATÓRIO DE GARANTIA DE FIABILIDADE DO AUDITOR SOBRE O CÁLCULO DA TAXA DE
ENCARGOS CORRENTES NOS TERMOS DO ARTIGO 12.º DO REGULAMENTO DA CMVM N.º
7/2023, DE 29 DE DEZEMBRO**

À Entidade Gestora do **SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações**

À Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

Introdução

Nos termos definidos no nº 3 do artigo 12.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023 de 29 de dezembro, analisámos o cálculo da Taxa de Encargos Correntes reportada a 31 de dezembro de 2025, que ascende a 1,54% na categoria I, 2,04% na categoria R e 1,05% na categoria T a incluir nas Informações Fundamentais destinadas aos Investidores do **SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** (adiante designado por Fundo), gerido pela SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A. (adiante designada por Entidade Gestora).

Âmbito

O trabalho de garantia de fiabilidade a que procedemos foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (revista) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, de forma a obter uma garantia razoável de fiabilidade sobre o cálculo da Taxa de Encargos Correntes, nos termos do artigo n.º 12.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, com referência ao período decorrido entre 1 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025.

Os procedimentos de garantia de fiabilidade foram executados no âmbito do Regulamento acima referido e resumem-se de seguida:

- i. Confirmação da concordância com os registos contabilísticos do Fundo, dos valores de comissão de gestão fixa, comissão de depósito, taxa de supervisão, custos de auditoria e outros custos correntes que foram considerados no cálculo efetuado pela Entidade Gestora;
- ii. Recálculo da comissão de gestão fixa com base nas taxas e bases de incidência estabelecidas no Regulamento de Gestão do Fundo em vigor durante o ano de 2025;
- iii. Validação dos custos de auditoria, com base no respetivo contrato de prestação de serviços; e
- iv. Recálculo da média aritmética do valor líquido global do Fundo, com base nos elementos disponibilizados pela Entidade Gestora.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pelo cálculo da Taxa de Encargos Correntes, considerando o quociente entre a soma da comissão de gestão fixa, comissão de depósito, taxa de supervisão, custos de auditoria e outros custos correntes de um organismo de investimento coletivo, num dado período, e o seu valor líquido global médio nesse mesmo período.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em realizar os procedimentos considerados necessários, descritos na secção “Âmbito” deste relatório, para obter uma garantia razoável de fiabilidade, em todos os aspetos materiais, sobre o cumprimento dos requisitos definidos no artigo 12.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, e concluir sobre a adequação do cálculo da Taxa de Encargos Correntes incluída nas Informações Fundamentais destinadas aos Investidores. Garantia razoável de fiabilidade é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAE detetará sempre uma distorção material quando exista.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAE, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também: (i) declaramos que aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQM 1); e (ii) declaramos que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e outros requisitos éticos do Código de Ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) relativos a trabalhos de garantia de fiabilidade, comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

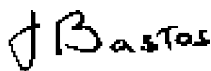
Conclusão

Em nossa opinião, o cálculo da Taxa de Encargos Correntes com referência a 31 de dezembro de 2025 efetuado pela Entidade Gestora cumpriu, em todos os aspetos materiais, os requisitos definidos pela CMVM aplicáveis ao cálculo dessa taxa.

Restrições na distribuição e uso

Este relatório é emitido exclusivamente para informação e uso da Entidade Gestora e da CMVM para a finalidade mencionada na secção “Introdução” acima, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades nem ser distribuído a outras entidades.

Lisboa, 22 de abril de 2026



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos
Registado na OROC n.º 599 e na CMVM n.º 20160252